

# QUESTÃO AGRÁRIA, INTERNACIONALIZAÇÃO E CRISE AGROAMBIENTAL<sup>1</sup>

## CUESTIÓN AGRARIA, INTERNACIONALIZACIÓN Y CRISIS AGROAMBIENTAL

**Rosemeire Apa. de Almeida**

Docente na UFMS/Campus de Três Lagoas

Bolsista Capes Proc. N° 17662-12-5

raaalm@gmail.com

### RESUMO

A natureza e os fundamentos da crise recente do capital aparecem como reflexos de um modelo econômico amplamente testado, cujo eixo de sustentação é o mito de que progresso (científico e tecnológico) é fonte de prosperidade universal. Embora não haja realmente soluções de pronto para a crise, os ensinamentos que ficaram de Hobsbawm (2012) apontam que o termômetro de um mundo melhor não é a maximização do crescimento econômico e das rendas pessoais, mas as decisões públicas voltadas para o desenvolvimento humano. Entretanto, o que assistimos é a busca incessante para manter a acumulação e o caminho seguido para este reencontro se deu no caso brasileiro, em especial, pela via do mercado de *commodities*. Situação que sinaliza que o capital transnacional encontrou fôlego nos bens primários, um arquétipo que permite o reencontro da acumulação pela combinação de elementos de insustentabilidade, a saber: concentração da terra, precarização do trabalho, crise agroambiental. Por conseguinte, este caminho de apropriação de bens primários em escala global e, portanto, revalorização do campo como parte do eixo de acumulação do sistema capitalista, implica numa reelaboração do debate cidade-campo e do local-global, tanto na perspectiva do capital como da resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão agrária. Capital transnacional. Complexo eucalipto-celulose. Mato Grosso do Sul. Crise agroambiental.

### RESUMEN

La naturaleza y los fundamentos de la crisis reciente del capital surgen como reflejos de un modelo económico ampliamente testado, cuyo eje de sustentación es que el mito de progreso (científico y tecnológico) es la fuente de prosperidad universal. Aunque no se tengan realmente soluciones listas para la crisis, las enseñanzas de Hobsbawm (2012) apuntan a que el termómetro de un mundo mejor no es la maximización del crecimiento económico y de las rentas personales, pero sí serían las decisiones públicas hacia el desarrollo humano. Sin embargo, asistimos a la búsqueda incesante para mantener la acumulación y el camino seguido para este reencuentro se ha dado en el caso brasileño, en especial, por la vía del mercado de *commodities*. Situación que señala que el capital transnacional ha encontrado aliento en los bienes primarios, un arquétipo que ha

permitido el reencuentro de la acumulación por la combinación de elementos de insustentabilidad: concentración de la tierra, precarización del trabajo, crisis agroambiental. Por consiguiente, este camino de apropiación de bienes primarios a escala global y por tanto la revalorización del campo como parte del eje de acumulación del sistema capitalista, implica una reelaboración del debate ciudad – campo y local-global, tanto en la perspectiva del capital como de la resistencia.

**PALABRAS CLAVE:** Cuestión agraria. Capital transnacional. Complejo eucalipto-celulosa. Mato Grosso do Sul. Crisis agroambiental.

## INTRODUÇÃO

“Justo ahora, que sabía todas las respuestas, me cambiaron las preguntas”.  
Pintada en una pared de Montevideo. (ALIMONDA, 2001, p. 01).

A última grande crise financeira do capital que, em 2008, se alastrou a partir da economia norte-americana e do sistema bancário, e que recebeu ajuda pública na ordem de US\$ 18 trilhões<sup>2</sup> em pouco mais de um ano (BISPO *et al*, 2009, p.11), representou um abalo frontal no pressuposto da teoria neoliberal de que a empresa privada com fins lucrativos é sempre a maneira mais eficiente de produzir e distribuir as riquezas, a partir de mecanismos de livre circulação e autorregulação dos mercados. E, mais, na crença de que a organização e a contabilidade das empresas devem servir de modelo até mesmo para os serviços públicos, incluindo a educação e a pesquisa. (HOBSBAWM, 2012).

Para Bispo *et al* (2009), acrescenta-se aos abalos dos pressupostos neoliberais uma certa percepção planetária da insustentabilidade desse modelo de enriquecimento privado, logo criam-se as condições para propostas de desenvolvimento mais justas, com metas de melhoria da qualidade de vida para todos e uma redefinição do papel do Estado para muito além de mero regulador do mercado financeiro. Num ambiente de clara fragilidade das economias centrais.

Neste sentido, Lavinias (2009) destaca o momento de crise financeira mundial como de oportunidade para reformar e ampliar, no caso brasileiro, o sistema de proteção social por meio da ampliação dos programas de transferência de renda e melhoria da infraestrutura social, especialmente em áreas como saúde, educação, saneamento, habitação e urbanismo. Para a autora, isso envolve no Brasil uma redefinição dos segmentos a serem protegidos ou subsidiados, dos setores da economia que contarão com incentivo à produção ou desoneração tributária. Mais do que evitar que a crise

determine retrocessos sociais, é preciso consolidar um sistema de proteção social ainda inacabado e pouco efetivo.

Todavia, para Harvey (2004) a crise é um processo inerente ao modo de produção capitalista, pela qual o sistema promove, periodicamente, uma destruição seletiva de capitais, necessária para que o sistema possa retomar o seu processo de acumulação capitalista, é a acumulação via espoliação. Cabendo aos países hegemônicos arbitrar acerca das saídas da crise, geralmente por meio da imposição de pacotes de ajuste que impõem sérias restrições aos gastos sociais. Transferindo, portanto, o ônus dessas destruições para o conjunto da sociedade, particularmente as classes subalternas. Alerta Harvey que, embora o neoliberalismo pregue funções diminutas para o Estado, principalmente no tocante a intervenção na produção de bens e serviços, nas crises sempre se precisou do Estado para remediar as consequências do livre mercado.

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). [...] A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água, etc na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. O colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital. [...].

O mesmo objetivo pode, no entanto, ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado. Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. **As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema.** (HARVEY, 2004, p. 124-125. Grifo nosso).

Portanto, a natureza e os fundamentos da crise aparecem como reflexos de um modelo econômico amplamente testado, cujo eixo de sustentação é o mito de que progresso (científico e tecnológico) é fonte de prosperidade universal, em que a receita parecia simples: crescimento econômico e competitividade comercial máxima.

Mas os ideólogos do capital esquecem que a riqueza que se diz universal, é concentrada<sup>3</sup>. E o resultado deste escamoteamento é proposital, porque produz eficácia política em torno da fé no progresso. Pois, como alerta Ullrich (2000, p. 340), entra “tão profundamente na mente da maioria que qualquer crítica feita tem mais probabilidade de ser considerada uma heresia incorrigível do que uma voz cautelosa que adverte sobre um caminho errado”. Obviamente, há novidade na receita, que é a clara hibridação entre

---

o capital produtivo e financeiro onde o limite entre os que produzem e os que especulam, é tênue. Por isso, cada vez mais, é um olho na esteira de produção e outro nas bolsas de valores. Situação intimamente ligada às constantes crises do capitalismo que, somadas à crise ambiental, nos dá a sensação desconfortável de que não há superação por dentro deste modelo.

Embora não haja realmente soluções de pronto, os ensinamentos que ficaram de Hobsbawm (2012) apontam que o termômetro de um mundo melhor não é a maximização do crescimento econômico e das rendas pessoais, mas as decisões públicas voltadas para o desenvolvimento social, que devem beneficiar todas as vidas humanas, e não o livre mercado.

Um exemplo desta necessidade de ações públicas pode ser vista numa das mais perversas contradições do capitalismo derivada da injeção de capital no lugar: a valorização do espaço. Esta ação do capital tende a agravar a desigualdade de acesso à terra, podendo torná-la um bem restrito e seletivo: é ordem para poucos e desordem para a maioria. Portanto, fundamental é a intervenção do Estado em prol do público, no lugar da costumeira postura de vassalo do interesse privado.

As chamadas economias em crescimento, dentre elas o Brasil, alardeiam estarem vivendo, apesar da crise, a fase do “pleno emprego” e de melhorias sociais ancorada, principalmente, na expansão do capitalismo no campo para produção de *commodities*. Logo, enquanto países na Europa<sup>4</sup> amargam taxas cada vez menores de crescimento combinado com crise social, o Brasil projeta como ícone de solidez econômica o aumento crescente no número de pessoas empregadas e a diminuição da pobreza<sup>5</sup>. Embora estes fatos tenham relevância, a questão é mais profunda: quais são as condições desse trabalho? As pessoas conseguem encontrar trabalho com salário condizente com suas necessidades vitais - isso inclui educação, escola, saúde, lazer? Qual é a condição para a classe trabalhadora viver nas cidades?

A que se destacar que, no caso brasileiro, o reencontro da acumulação se deu, em especial, pela via do mercado de *commodities*, situação que sinaliza que o capital encontrou fôlego nos bens primários para sair da crise, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose. Importante destacar que, o campo no Brasil é um ambiente propício à acumulação capitalista graças, sobretudo, à fragilidade institucional no tocante ao controle da terra e ao deficiente apoio à comercialização da agricultura

familiar camponesa, situação que favorece o escoamento da renda da terra para o capital comercial.

Portanto, fundamental é a desconstrução deste caminho por meio da crítica, uma vez que a presença do capital no campo não representa necessariamente a conversão completa dos capitais improdutivos (leia-se especulativos) em capitais produtivos, mesmo quando se trata do setor industrial como de eucalipto/celulose/papel no Brasil. Neste existe, por exemplo, uma incompletude do ponto de vista da industrialização clássica: há muita concentração de terra; elevado investimento com uso substancial do crédito público, escasso efeito multiplicador porque a agregação de valor é pequena (95% da pasta de celulose é exportação); pouca geração direta de emprego e centralização do capital. Portanto, mesmo nestes setores agroindustriais, ditos modernos, a expansão/acumulação do capital se dá por meios rentistas. Evidência maior disso é a não separação entre interesses produtivos e especulativos no interior dessas corporações. Logo, a vulnerabilidade externa do Brasil continua existindo e pode ser identificada pelo grau de financeirização da economia, onde uma parcela significativa dos lucros não é reinvestida no aumento da capacidade produtiva do país, mas na remuneração dos giros especulativos do capital. Exemplar desta situação foi o caso da empresa Aracruz Celulose que perdeu R\$ 2 bi na crise financeira de 2008 com a desvalorização do dólar sobre vendas futuras.

Este caminho de apropriação de bens primários e, portanto, revalorização do campo como parte do eixo de acumulação do sistema capitalista, implica numa rediscussão da relação cidade-campo. Ou seja, numa direção de superação da perspectiva dicotômica e arbitrária em que, na maioria das vezes, o campo é visto como atraso; logo, todos os caminhos levam à cidade. Não raro, como parte deste corolário, da perda de importância do campo, temos a exibição das altas taxas de urbanização – no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), atualmente 85% da população vive nas cidades.

Ora, não se trata de ignorar que vivemos numa sociedade urbana, mas de problematizar as determinantes, e o que isso significa do ponto de vista da produção de alimentos e da sustentabilidade - uma vez que a riqueza que nos mantém vivos advém da terra-território. Isso impõe considerar, como salienta Oliveira (2008<sup>6</sup>), que a agricultura familiar camponesa é a responsável por mais de 50% da produção de

consumo popular num cenário de crescente expansionismo do agronegócio que reduz o já exíguo território camponês comprometendo a soberania alimentar do país.

Na verdade, o que se projeta como caminho interpretativo dessa transformação contínua sociedade-natureza, é o entendimento da correlação existente entre cidade e campo construída no marco da contradição, não como expressão da diluição de diferenças – elas continuam existindo, mas do entendimento de que a natureza dos processos engendrados pelo capital não podem ser interpretados estritamente nos contornos do campo ou da cidade. “A compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo. (OLIVEIRA, 1999, p. 104).”.

Este debate campo-cidade necessita ser considerado como parte intrínseca da discussão da transição agroecológica no sentido da construção de uma aliança entre os que produzem comida e aqueles que consomem via potencialização dos canais curtos de comercialização que podem devolver autonomia aos camponeses ao mesmo tempo em que criam práticas de desobediência aos impérios agroalimentares que controlam a garganta da circulação. Esta relação social direta entre quem produz e quem consome contém o germe da insurgência contra o capital porque o capitalismo não é uma estrutura pura e simples, ele é uma relação social que se alimenta cotidianamente, enfrentá-lo é também desobedecer suas regras de acumulação.

Acresce a estes desafios o paradoxo que representa as economias centradas na exportação de bens primários, uma vez que a agropecuária é nos últimos anos o setor que tem a menor representação na composição do PIB em diversos países. O caso brasileiro é modelar, de acordo com o IBGE (2014), em 2011 a agropecuária contribuiu com 5,5% do PIB, enquanto que a indústria contribuiu com 27,5% e o setor de serviços com 67%.

Diante de desempenho econômico tão tímido do setor primário, como explicar que o agronegócio no Brasil alardeia participações de até 25,11% no PIB nacional (cerca de 580 bilhões de reais)? Ora, trata-se da expressão daquilo que Ploeg (2008) vai chamar de forma de atuação do “Império”. Ou seja, o que se chama na mídia de agronegócio, é na verdade composto por uma rede que envolve um mercado interligado que em muito extrapola o setor primário, porque articula todos os momentos do processo de produção, a saber: insumos/produção/indústria de processamento e

distribuição. “O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante”. (PLOEG, 2008, p. 20). Este ordenamento dos “Impérios” (agrícolas e alimentares) significa o controle do território (envolvendo os bens inalienáveis da natureza como água e terra) e a disseminação de normas e padrões, como forma de assegurar a apropriação das riquezas. Não por acaso, o Brasil tem sido palco primordial do desenvolvimento do capitalismo no campo via agronegócios.

Oliveira (2007), crítico do *modus operandi* do agronegócio, há muito destacou esta forma de dominação onde todos os segmentos econômicos aparecem de alguma forma ligados à produção agropecuária, situação determinada por uma transnacionalização da agricultura cujo controle se dá por meio de novas configurações territoriais, ou seja, pela territorialização e monopolização do território.

O conceito de ‘agribusiness’ foi desenvolvido por Ray Goldberg, em 1957, nos EUA. Foi traduzido para o Brasil, e proposto como ‘complexo agroindustrial’ ou ‘agronegócio’ por Ney Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza, nos anos 1980, com enorme repercussão nos meios empresariais e acadêmicos. O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, agricultores familiares ou patronais, fazendeiros ou assentados. (JANK apud OLIVEIRA, 2007, p. 147)

É por isso que uma parte da rede dos agronegócios se especializa na monopolização do território controlando e manipulando onde é possível, isto é, na comercialização, distribuição, processamento industrial e financiamento. Todavia, o que Giarracca e Teubal (2008) alertam é que esse processo de monopolização do território já não basta, cada vez mais e com maior intensidade as grandes empresas transnacionais têm comprado terras em distintas regiões do globo a fim de garantir a homogeneização da produção via territorialização do capital.

A pesar de que los agronegocios transnacionales ya tenían gran presencia en Latinoamérica, por ejemplo, desde al menos los 1980s (Burbach and Flynn 1980, Teubal 1987, Marsden y Whatmore 1994), esta nueva ola de inversiones es mucho mayor debido a la mayor inyección de capital en consecuencia de las crisis. En la mayoría de los países, tanto en el Norte como en el Sur, las empresas nacionales han sido parcial- o totalmente compradas por las corporaciones transnacionales y los bancos financieros, y/o han tenido una nueva re-capitalización con grandes créditos que se les vuelvan casi subsidiarias de los grandes financiadores transnacionales (...). (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013, p. 02)

São exatamente tais estratégias de acumulação capitalista, com a crescente desorganização dos ecossistemas, que justificam as preocupações envolvendo a agricultura, campesinato e a agroecologia. Pois...

(...) Hace ya tiempo, la racionalidad ecológica del campesinato fue intuía por Angel Palerm al preguntarse por su continuidad histórica y constatar la enorme plasticidad social del campesinado. (...) Tales ventajas proceden, según mantenía Palerm, de que ‘produce y usa energía de la materia viva, que incluye su propio trabajo e la reproducción de la unidad doméstica de trabajo y consumo’. Por ello, para el mencionado autor, ‘el porvenir de una nueva tecnología centrada en el manejo inteligente del suelo y de la materia viva por medio del trabajo humano, utilizando poco capital, poca tierra y poca energía inanimada. Ese modelo antagónico de la empresa capitalista tiene ya su plataforma en el sistema campesino’. (SEVILLA GUZMÁN, GONZALEZ DE MOLINA, 1991, p. 93-94).

### **O COMPLEXO EUCALIPTO-CELULOSE-PAPEL<sup>7</sup> EM MATO GROSSO DO SUL: a crise em marcha...**

A microrregião de Três Lagoas/MS, localizada na região Leste de Mato Grosso do Sul, tem sua formação histórico-geográfica intimamente ligada à pecuária (KUDLAVICZ, 2011), porém, a partir de 2007, começa a sofrer mudanças significativas na posse e uso da terra com o estabelecimento do agronegócio do eucalipto-celulose-papel<sup>8</sup>.

Este processo atinge seu ápice em 2009 com entrada em operação da fábrica Horizonte 1 em Três Lagoas<sup>9</sup> - que articula plantio de eucalipto, processamento da celulose e produção do papel - por meio de parceria entre Fibria (resultado da fusão das empresas Votorantim Celulose e Papel e Aracruz Celulose, em 2009) e International Paper/IP.

#### **Quadro 1 - FIBRIA – Resultado da fusão da VCP e Aracruz em 2009**

<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Receita estimada em 7 bilhões</li><li>▪ Controladores (BNDES – 34,9 %; VCP – 29,3%; Circulação no mercado - 35,8%)</li><li>▪ Responde por 37% do mercado mundial de celulose</li><li>▪ Produção brasileira de 5,8 milhões/Ton/Ano/Celulose</li><li>▪ Unidade Três Lagoas (Horizonte 1): 1,3 milhão Ton/Ano/Celulose</li><li>▪ Investimento de R\$ 3 bilhões</li></ul>
---

Fonte: Valor Econômico, 2009.



Este setor é um dos mais monopolizados dentre aqueles que representam o agronegócio, situação evidenciada no quadro das empresas hegemônicas do setor de celulose e papel atuando no Brasil: FIBRIA; KLABIN; SUZANO; RIPASA; STORA ENSO; VERACEL, INTERNATIONAL PAPER.

A estas se junta a recém fundada ELDORADO BRASIL com sede em Três Lagoas/MS, cuja pedra inaugural foi lançada em junho de 2010. A referida fábrica pretende entrar em operação em 2012 com capacidade para 1,5 milhão de tonelada/ano de celulose, tendo como principais acionistas o grupo JBS (Friboi) e a MCL Empreendimentos<sup>10</sup>.

**Quadro 2 - ELDORADO BRASIL – Fusão Eldorado e Florestal Brasil em 2011**

▪	1,5 milhão de Ton/Ano/Celulose
▪	130 mil ha plantados
▪	Investimento de R\$ 5,1 bilhões (BNDES - financiamento de R\$ 2,7 bilhões)
▪	JBS/Friboi – 58,6% (acionista majoritário)
▪	Holding MJ (controlado pela MCL Empreendimentos) – 25%
▪	Fundos de pensão Funcef (funcionários da Caixa Econômica Federal) e Petros
▪	(da Petrobras) – 8,2% cada um

Fonte: Valor Econômico, 2011.

Para entender o caso em questão, qual seja a formação do chamado vale da celulose na região Leste de Mato Grosso do Sul, é preciso considerar a velocidade da expansão do plantio de eucalipto no Estado. Neste sentido, o quadro 1 evidencia que o aumento do plantio de eucalipto em Mato Grosso do Sul foi de 83% no período de 2005 a 2007, a maioria sob controle da Fibria por meio da unidade sediada em Três Lagoas.

**Quadro 3 - Crescimento do plantio (em ha) de eucalipto no BR e no MS (2005-2007)**

Eucalipto	2005	2007	%
Brasil	3.407.204	3.751.867	10,1%
MS	113.432	207.687	83,1%

Fonte: ABRAF, (2007)

O Brasil possui hoje a maior superfície plantada de eucalipto do mundo (4.754.334 ha) e as florestas artificiais já representam o quarto cultivo no que se refere à

área ocupada, ficando abaixo somente da soja, do milho e da cana-de-açúcar (SCHLESINGER, 2008, p. 61).

#### Quadro 4 - Plantios (ha) de Eucalipto nos Estados do Brasil (2005-2011)

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
MG	1.119.259	1.181.429	1.218.212	1.278.210	1.300.000	1.400.000	1.401.787
SP	798.522	915.841	911.908	1.001.080	1.029.670	1.044.813	1.031.677
PR	114.996	121.908	123.070	142.430	157.920	161.422	188.153
BA	527.386	540.172	550.127	587.610	628.440	631.464	607.440
SC	61.166	70.341	74.008	77.440	100.140	102.399	104.686
RS	179.690	184.245	222.245	277.320	271.980	273.042	280.198
MS	113.432	119.319	207.687	265.250	290.890	378.195	475.528
ES	204.035	207.800	208.819	210.410	204.570	203.885	197.512
PA	106.033	115.806	126.286	136.290	139.720	148.656	151.378
MA	60.745	93.285	106.802	111.120	137.360	151.403	165.717
GO	47.542	49.637	51.279	56.880	57.940	58.519	59.624
AP	60.087	58.473	58.874	63.310	62.880	49.369	50.099
MT	42.417	46.146	57.151	58.580	61.530	61.950	58.843
TO	2.124	13.901	21.655	31.920	44.310	47.542	65.502
PI	-	-	-	-	-	37.025	26.493
Outros	25.285	27.491	31.588	27.580	28.380	4.650	9.314
<b>Total</b>	<b>3.462.719</b>	<b>3.745.794</b>	<b>3.969.711</b>	<b>4.325.430</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.515.730</b>	<b>4.754.334</b>

Fonte: Anuário ABRAF (2011).

O quadro 4 confirma a escalada de crescimento do plantio de eucalipto em MS e também em TO (as duas novas fronteiras). No período 2010-2011 estes Estados apresentaram os maiores índices de crescimento do país, em 2011 o Mato Grosso do Sul totalizou 475.528 ha (crescimento de 24,3%) e o Tocantins 65.502 ha (crescimento de 37,11%).

Este crescimento coloca o MS em quarto lugar no *ranking* dos Estados com área plantada à frente, portanto, de Estados como RS e ES. Situação que comprova a marcha predatória deste tipo de atividade que avança pelo território em busca de novos espaços de valorização.

Segundo o anuário da ABRAF (2011), a referida expansão do plantio de eucalipto deu a Mato Grosso do Sul, ano base 2011, a 4ª posição, ficando atrás apenas de MG, SP e BA. Antes o Estado ocupava a 8ª posição em área plantada.

**Quadro 5 - Percentual da área de plantios de Eucalipto por estado, 2011**

▪	MG 28,8%
▪	SP 21,2%
▪	BA 12,5%
▪	<b>MS 9,8%</b>
▪	RS 5,7%
▪	ES 4,1%
▪	PR 3,9
▪	Outros 14,2%

Fonte: Anuário ABRAF (2011).

Ainda segundo a ABRAF (2011), no período 2000-2011 a produção nacional de celulose aumentou 87,7% (5,9% a.a.), e as exportações cresceram 190,4% (10,2% a.a.). Em 2011, a produção brasileira de celulose totalizou 14,0 milhões de toneladas e o consumo interno foi de 5,9 milhões de toneladas. Neste mesmo período, as exportações de celulose somaram aproximadamente 5 bilhões de dólares, apresentando um crescimento de 5,0% em relação a 2010. Os principais destinos da celulose brasileira são os mercados asiático e europeu. Somente a China e a Europa importaram, juntas, 2,6 milhões de dólares. (ABRAF, 2011).

A leitura destes dados não deixa dúvida de que o grande negócio do setor é a exportação de pasta de celulose, uma vez que a produção e o consumo de papel seguem estáveis, ou seja, não apresentaram crescimento em relação ao ano anterior. Em 2011, a produção de papel no Brasil foi de 9,9 milhões de toneladas e o consumo totalizou 9,3 milhões de toneladas.

Por sua vez, o incremento na produção nacional teve contribuição significativa de Mato Grosso do Sul e a responsável pela entrada do Estado no cenário nacional, de plantio de eucalipto, processamento e exportação de celulose, é a empresa Fibria. Em 2008, o total de área controlada pela Fibria em Mato Grosso do Sul era de 235 mil ha, atualmente é de 317 mil ha.

**Quadro 6 -Área total ocupada pela FIBRIA em MS (terra própria, arrendada e parceria) - 2011**

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área plantada com eucalipto (ha)
Água clara	32.062	15.632
Brasilândia	79.551	52.113
Ribas do Rio Pardo	47.377	32.837
Selviria	26.452	18.583
Três Lagoas	131.584	88.493
<b>Total</b>	<b>317.026</b>	<b>207.658</b>

Fonte: FIBRIA, 2011.

O raio de ação da empresa se estende para a região Leste, porém na atualidade a maior concentração de área plantada é na microrregião de Três Lagoas, de forma específica nos municípios de Brasilândia, Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. Paradoxalmente estes municípios registram também outro uso da terra, uma vez que possuem presença significativa de assentamentos rurais – são dez projetos totalizando 35.636,25 ha e 1.188 famílias.

Nesta discussão do complexo eucalipto-celulose-papel é preciso considerar que se trata de duas atividades impactantes, uma é a monocultura e, a outra, é a fábrica que extrai a celulose e faz o branqueamento. O primeiro caso é visível e por isso alvo de amplas discussões, mas a fábrica em si, uma vez aprovado o RIMA, cai no esquecimento até que alguma situação escape ao controle – como foi o caso do mau cheiro em Três Lagoas em 2009. Ou seja, o monitoramento da fábrica cabe aos de “dentro”. O que conhecemos hoje sobre o ar, o solo, a água, o tratamento dos efluentes oriundos do processo de branqueamento da celulose? Quase nada. Inclusive, em outros Estados, as informações também são escassas. O que sabemos é que nos países chamados “desenvolvidos” do Norte, com um controle ambiental bastante rigoroso, fábricas de celulose são mal vistas por seus graves impactos ambientais e, portanto, as empresas de lá têm transferido suas fábricas para países como o Brasil. Aqui, os defensores do modelo respondem que a legislação está sendo cumprida e que o Estado tem o controle, todavia quando buscamos informações, elas não aparecem. Assim, o que temos no momento é uma perda de autonomia social frente ao complexo eucalipto-celulose-papel e os interesses privados – expressão maior da territorialização<sup>11</sup> do capital.

Constantemente, assistimos os arautos do modelo minimizarem, via mídia local, os embates do complexo. Sem dúvida, o setor está muito à vontade na região Leste de Mato Grosso do Sul porque tem a seu favor inúmeras “vantagens comparativas”. A maior delas é que no tempo presente não há movimentos socioterritoriais organizados contra o pacto fundiário entre estado-latifundiários-capitalistas e o aprofundamento da concentração de terras e poder que este pacto representa - embora já se tenha atingidos e descontentes com a expansão do modelo. Porém, olhando a história sabe-se que essa calma é transitória porque o complexo carrega contradições que geram sua negação. E a saída, possivelmente, será a mesma usada pelo complexo: eles, a cada nova marcha, usam o que aprenderam na relação com o Estado e a sociedade civil. Logo, o caminho para os impactados deverá ser este também.

Outra situação a ser considerada, neste momento de formação do complexo, é que os efeitos são processuais e, às vezes, invisibilizados porque fruto de outra temporalidade que se expressa no drama camponês daquele que vivia de arrendar o pasto do fazendeiro e, com a expansão do eucalipto, não pode mais contar com esta estratégia. Situação que implica crise para sua unidade de produção. Até mesmo médios proprietários da microrregião de Três Lagoas têm relatado o fim da atividade de engorda de bovinos, não como opção, mas quase como uma saída inevitável. As propriedades de pecuária têm se tornado “ilhas”, com aumento nos casos de ataques de onças (sem comida nos eucaliptais) sobre os rebanhos. Paralelamente, já começam a ser sentidos os efeitos da quebra na cadeia de produção – os que trabalham apenas com engorda já não têm de quem comprar bezerros na região, uma vez que os antigos fornecedores arrendaram os pastos para o plantio de eucalipto. Assim, é uma espécie de “efeito dominó”.

Temos também problemas oriundos da construção das fábricas, e eles são muitos. A cada nova manifestação dos migrantes temporários denunciando falta de condições de vida e trabalho, assistimos à banalização das reivindicações por parte dos que têm o dever de resolver. Basta uma visita nos alojamentos para se entender que são barris de pólvora.

E quem são esses trabalhadores migrantes da construção civil em Três Lagoas? Vejamos o recente caso da construção da “maior fábrica de celulose do Mundo”, prevista para entrar em operação em 2014, e que pertence a Eldorado Brasil. Nela

trabalham cerca de 7 mil homens, nordestinos em sua maioria, gente desterrada e sujeita a todo tipo de vulnerabilidade. Por viverem essa migração temporária, não são nem de lá e nem de cá. Vistos com desconfiança por grande parte da população local e, em vista da baixa remuneração, esses homens acabam vivendo em “alojamentos” que, muitas vezes, lembram guetos. Neste ano, esses homens por quatro vezes romperam o silêncio com suas greves e manifestações, a denunciar ao Brasil, que neste momento são as vítimas maiores da contradição social produzida pelo complexo eucalipto-celulose-papel. O que reivindicam? Direitos como o pagamento de salários e horas extras atrasados, melhores condições de trabalho e de moradia, maior número de folgas, melhoria no transporte que os leva ao canteiro de obra, e também à cidade, uma vez que alguns alojamentos ficam em áreas periféricas. Nota-se, ainda que nas sucessivas greves, a pauta pouco se altera e, segundo os trabalhadores, isso se explica pelo não cumprimento dos acordos firmados.

Cabe destacar que quando falamos das condições de trabalho, não se deve pensar apenas na construção da fábrica, mas também, nas áreas de plantio e tratamentos culturais do eucalipto – dentre estes a aplicação de defensivos. Sabe-se que são sujeitos que entram às 04h no trabalho e ganham algo em torno de um salário mínimo. Outra faceta pouco explorada, é o paradoxo por trás da expansão do eucalipto: se por um lado gera empregos (precários), por outro, gera desemprego pelo arrendamento das fazendas para o plantio do eucalipto que produz o desmonte dos retiros onde ficavam os trabalhadores da pecuária. Fruto deste processo, dezenas de famílias migraram nos últimos anos do campo para a cidade de Três Lagoas, gerando estagnação nas comunidades rurais.

Esta marca da precarização do trabalho é intrínseca ao setor florestal, ou melhor, não é um caso isolado, pois quando da construção da fábrica Horizonte da Fibria, durante os anos de 2007 e 2008, a cidade de Três Lagoas também viveu experiência semelhante. Há registros de que para baratear os custos com despesas de hospedagem para os trabalhadores da referida obra, as empreiteiras superlotavam as residências e os hotéis, com “camas que não esfriavam nunca”, deixando os trabalhadores em más condições de higiene, entre outras situações de precarização e violência. Este fato chegou a ser denunciado ao Ministério Público do Trabalho, que criou uma força-tarefa para investigar a situação. Constatou-se na época que eram mais de 120 alojamentos na cidade (entre casas residências e hotéis) ligados a aproximadamente 250 empresas

contratadas pela Fibria para a construção da indústria. E muitas irregularidades foram constatadas em ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, inclusive resultando na interdição de cinco alojamentos das empreiteiras. (KUDLAVICZ, 2011).

É fato comum também, quando explodem as greves e denúncias de maus tratos aos trabalhadores e desrespeito à legislação trabalhista, as papelarias buscarem se invisibilizar na imprensa deixando a responsabilidade para suas empresas terceirizadas e quarteirizadas, como se o projeto não fosse delas.

Por saber que este período de maior turbulência e evidenciação dos conflitos trabalhistas tende a ser superado com o avanço das obras, estas empresas garantem que as paralisações não atrasam o cronograma. Logo, centenas de novas contratações vão substituindo àqueles que resistem ao processo de exploração.

E como fica o trabalho na fase de funcionamento da fábrica do complexo eucalipto-celulose-papel? Em tese não há paralisações, manifestações e nem greves, porque o trabalho vivo é escasso, o que se tem é um grau sofisticado de mecanização (trabalho morto), pode-se chegar a 85% de mecanização no plantio e corte do eucalipto – como alardeiam os defensores do modelo.

No Brasil não é novidade a migração dominada pelo ritmo irregular das grandes obras públicas e privadas, ao contrário é motivo de comemoração e símbolo do progresso. Também não é nova a estratégia de naturalizar o fenômeno escamoteando as condições e os efeitos sociais desse movimento temporário de homens para o capital que os dessocializa sem ressocializar.

Porém, a história não é uma repetição de fatos, e bem por isso vemos os migrantes do presente usando as armas do seu tempo como celulares, redes sociais e jornais, a fim de denunciar sua presença explorada, mas digna a reivindicar os direitos negados no território do eucalipto.

Já pensou, o cara trabalha 8 horas por dia de serviço, você chega no alojamento pra tomar um banho, você vai tomar banho: “cadê a água?” Aí: “pô, que vacilo do cara, o cara tá catinguento, não tomou banho”. Aí no outro dia quando vai trabalhar: “pô”, com a farda [uniforme], volta, não tem água, ai você vai fazer o que? Vai reivindicar, nós somos seres humanos cara. (Trabalhador do canteiro de obras da fábrica Eldorado Brasil. Entrevista concedida no dia 14/12/2011 a Guilherme Marini Perpetua e Tayrone Roger Antunes de Asevedo).

E no campo os embates também estão em andamento. Vejamos uma comparação a título de identificação de prioridades: enquanto a Reforma Agrária no MS conseguiu em 26 anos conquistar 686.261,71 ha, em quatro anos (2007-2011) a Fibria já controla 317.026 ha em terras (próprias, arrendadas e parceria). Uma das explicações para esse descompasso a favor do complexo é a presença do Estado como ordenador do território criando logísticas, disponibilizando créditos, flexibilizando a legislação ambiental.

A Reforma Agrária no Brasil é, ao mesmo tempo, uma questão de democracia e de soberania alimentar. Não me refiro a esse modelo de contrarreforma feito no Brasil que beira o desrespeito à condição humana. Refiro-me a um plano setorial estratégico pautado na compra e doação simultânea de comida e na manutenção de estoques reguladores - ambas as medidas gerenciadas pelo Estado. Este protomodelo existe, porém caminha aos tropeços porque é tratado com migalhas, pois os recursos públicos estão comprometidos com outro projeto de desenvolvimento. Por exemplo, em 2011 a Eldorado Florestal acessou junto ao BNDES R\$ 2,7 Bilhões, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA contou com orçamento anual de R\$ 502,57 Milhões. E quando analisamos os dados oficiais do PAA para o MS a situação não deixa dúvidas sobre a crise do programa. A participação do Estado ficou em 2% do montante nacional, e no caso dos municípios da microrregião de Três Lagoas, sequer um centavo foi gerado no PAA. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, que obriga o uso de no mínimo 30% dos recursos destinados à merenda escolar na aquisição de produtos da agricultura familiar, não é diferente. O município, em 2010, não conseguiu utilizar os recursos como prevê a Lei e o ônus tem recaído sobre os camponeses sul-mato-grossenses, na costumeira tradição de afirmar que nesta região os pequenos não produzem ou que a terra é estéril. É preciso um olhar clínico no sentido de entender os gargalos, pois estamos caminhando a passos largos para a sobreposição de um uso da terra (o eucalipto) em relação a outros modelos.



**Foto 01 – Assentamento Pontal do Faia em Três Lagoas/MS – cerco do eucalipto**



Fonte: Almeida, Jul/2011.

Aliada a inércia do atual governo no tocante a Reforma Agrária, temos uma situação de precariedade dos assentamentos implantados que é de conhecimento dos governos, uma vez que recente pesquisa encomendada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrária/MDA evidenciou que a insatisfação com a Reforma Agrária por parte dos beneficiários atinge níveis insustentáveis. Mato Grosso do Sul é um destes estados em que a falta de infra estrutura nos projetos de assentamento é gritante.

Pesquisa do Inkra realizada em assentamentos do Estado [Mato Grosso do Sul] revela, entre outros aspectos, que 24% das famílias contempladas pela reforma agrária no Estado ainda não contam com o serviço de água encanada em suas residências, índice superior ao nacional, que é de 21%. Mas, mesmo aqueles que contam com a benfeitoria, 28% consideram-na ruim ou péssima, pois a água não fica disponível durante o dia inteiro, índice dez pontos percentuais acima da média dos demais estados. O levantamento, divulgado na última terça-feira, também mostra problemas gravíssimos com infraestrutura, pois 72% consideram as estradas de acesso ruins ou péssimas, e somente 0,47% dos entrevistados disseram que são ótimas. Na média nacional, 58% também entenderam que os acessos são péssimos e ruins. Outro grave problema é que 23% das famílias não contam com energia elétrica e outros 26% disseram que ela não fica disponível durante o ano inteiro. Neste quesito, os índices de MS são praticamente os mesmos do restante do País (CORREIO DO ESTADO, 2010).

E este paradoxo de Estado “mínimo” na Reforma Agrária e “máximo” no complexo eucalipto-celulose-papel, tem deixado como única saída aos assentados aceitar a “ajuda” das papeleiras, numa clara inversão de papéis.

A gente tá isolado aqui, abandonado pelo INCRA, então a ajuda da empresa veio calhar, em parte, né? Porque a gente tem aquele medo...a gente não entende bem das coisas. Aí cada um fala uma coisa...porque a empresa tem

---

muito dinheiro, é uma empresa grande, pode pagar qualquer tipo de coisa, pode colocar energia pra gente, né? Mas a gente pensa também que ela pode comprar aqui (...). Depois que a gente ficou aqui dois anos sem renda, a coisa apertou, então vamos arrumar serviço fora e o eucalipto é que tá sustentando a gente, então você tem raiva e ao mesmo tempo tem que ficar quieta. (Assentado no projeto “20 de Março” em Três Lagoas/MS. Entrevista concedida no dia 27/06/2012 a Rosemeire A Almeida).

## **CAMPESINATO E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA COMO RESISTÊNCIA GLOBAL**

Para muchos, la agroecología es una ciencia: la ciencia que estudia e intenta explicar el funcionamiento de los agroecosistemas. Para otros, la palabra agroecología refiere a los principios –y no recetas– que guían las prácticas agronómicas y productivas que permiten producir alimentos y fibras sin agrotóxicos ... Para los movimientos sociales que componen La Vía Campesina, el concepto de agroecología va más allá de los principios ecológicos-productivos. Además de ellos, incorpora a su visión agroecológica otros principios y metas sociales, culturales y políticas. (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013, p. 03)

Para Sevilla-Guzman, Gonzales de Molina (2005) o aprofundamento das contradições do sistema capitalista no final do século XX atingiu um nível que coloca em risco a vida no planeta porque sua expansão, na busca de manter a acumulação, vulnerabiliza as bases de existência da vida. Por essa razão, a partir da década de 1970, os temas do campesinato e agroecologia ingressam na agenda do marxismo, provocando profunda revisão das teses acerca do desaparecimento do campesinato aliada à necessidade de reconstrução teórica da compreensão do desenvolvimento inexorável das forças produtivas, e acirramento das contradições, como caminho de superação do sistema. O resultado desta inquietação foi um movimento em escala mundial na busca de um novo paradigma produtivo, cujo centro seja a valorização da vida: ele atende pelo nome de transição agroecológica.

No caso brasileiro, a partir de meados da década de 1980 torna-se mais visível as conseqüências nefastas do padrão de agricultura introduzido com a Revolução Verde (concentração fundiária, problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade), logo é neste contexto que se fortalece a necessidade de mudança paradigmática em direção a agroecologia. E o resultado deste esforço tem sido a disseminação na academia de cursos e núcleos, bem como a incorporação do debate em projetos e programas de governo, todavia nem todos os estudos têm como enfoque a compreensão do método agroecológico como um

---

conhecimento inseparável da sabedoria camponesa. Todavia, há um pressuposto quase que comum, o de contribuir para o processo de internalização do paradigma agroecológico nas instituições que incidem sobre os rumos do desenvolvimento rural brasileiro. Felizmente, como lembra Altieri (2004), este padrão de agricultura dito “moderno” não se instalou completamente entre os pobres do campo, em virtude da falta de acesso destes produtores ao pacote tecnológico, o que fortalece a esperança de recuperação das bases de uma agricultura realmente sustentável.

Neste sentido, entendemos como decisivo o papel do campesinato no enfrentamento das crises e para além delas, porque o caminho traçado pelos Impérios sinaliza um aprofundamento das contradições próprias do modo capitalista de produção, e que envolve um aspecto estrutural, a saber: a crise agroambiental.

Qualquer que seja sua localização temporal e espacial, a agricultura articula-se sempre com a natureza, a sociedade e as perspectivas e interesses daqueles que estão diretamente envolvidos nela. Se uma desarticulação mais ou menos crônica emergir em um dos eixos mencionados, estaremos enfrentando uma crise agrária. (...) Quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise ‘agroambiental’. (PLOEG, 2008, p. 26-27).

Para entender a dinâmica da expansão do agronegócio internacionalizado, e sua relação com a recente crise do capital, é preciso evidenciar os processos de fazer agricultura que se desenvolvem no campo. Particularmente, a disputa territorial entre lógicas diferentes de agricultura: a capitalista, centrada no lucro e a familiar camponesa, na reprodução da tríade família/terra/trabalho. Por conseguinte, isso envolve escalas de operação necessariamente opostas, a primeira tem como horizonte o mercado-mundo, a outra, os mercados locais.

(...) é possível destacar aqui dois modelos dominantes. Um desses modelos centra-se na construção e reprodução de *circuitos curtos* e *descentralizados* que ligam a produção e o consumo de alimentos e, de forma mais geral, a agricultura e a sociedade regional. O outro, fortemente centralizado, é constituído por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos que, cada vez mais, operam em escala mundial. Este modelo será referido ao longo do texto como *Império*. (PLOEG, 2008, p. 20. Grifo do autor).

Logo, agricultura camponesa implica em equilíbrio entre os interesses do grupo familiar e os comunitários, sendo que as trocas erigidas no lugar aparecem como um pilar fundamental e, via de regra, responsável pela superação das crises e continuidade do modo de vida.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas possibilidades camponesas, está a natureza economia familiar”. (SHANIN, 2008, p.25-26)

Muitos países da América Latina sofreram, a partir de 1970, um amplo processo de modernização da base técnica da agricultura inserido nas regras da divisão internacional do trabalho. Processo este identificado pela crescente integração da agricultura ao sistema capitalista industrial por meio, sobretudo, de políticas públicas de incentivo à utilização intensiva de máquinas e insumos modernos, métodos de preparo do solo e de colheita sofisticados.

Situação, por sua vez, atrelada ao discurso da racionalidade produtiva da grande propriedade que, no limite, produziu a exclusão da pequena unidade de produção e dos seus sujeitos por meio das migrações campo-cidade e do bloqueio à Reforma Agrária.

Esta situação de dominação territorial nos instiga a indagar: há lugar para as pequenas propriedades neste modelo? Há alternativa fora do modelo hegemônico? Qual o papel das áreas de assentamento próximas aos complexos territoriais de eucalipto e cana-de-açúcar? A Agroecologia pode ser um modelo alternativo viável em relação à modernização “agrária-agrícola”?

As respostas parecem apontar para um enfrentamento local a partir dos ensinamentos globais, uma vez que as estratégias dos Impérios não diferem na essência, logo a aprendizagem e soma das resistências podem acelerar a transição. Situação que dá sinais de estar em curso...

Como el sector privado es de naturaleza típicamente transnacional, los movimientos sociales de campesinos se han organizado cada vez más en alianzas transnacionales, el ejemplo más importante y más grande es LVC (Desmarais 2007, Martinez-Torres and Rosset 2008, 2010). LVC [La

---

Via Campesina] es una alianza global de organizaciones de campesinos y agricultores familiares, pueblos indígenas, campesinos sin tierra y trabajadores del campo, mujeres rurales y jóvenes rurales, que representa al menos a 200 millones de familias en el mundo entero. (ROSSET, MARTINEZ-TORRES, 2013, p. 02-03)

Ploeg (2008) sustenta que existe apenas um mecanismo adequado para lidar com a crise agroambiental e superá-la. Este mecanismo consiste na ampliação do número de camponeses...

Nas chamadas partes ‘civilizadas’ do mundo, provavelmente, chegaremos à conclusão de que um mundo com presença de camponeses é um lugar melhor que um mundo sem eles. (...) a presença dos camponeses tem frequentemente uma relação positiva com a qualidade de vida no campo, com a qualidade dos nossos alimentos e com a necessidade de usar a água, a energia e as terras férteis de forma sustentável e eficiente. (PLOEG, 2008, p. 02).

Este debate tem feito parte das preocupações de um significativo segmento de pesquisadores que entendem que a expansão do agronegócio compromete os ecossistemas do planeta, excluem os pequenos agricultores e coloca em risco a produção dos alimentos básicos de consumo popular.

Porto-Gonçalves (2006) alerta que essa homogeneização dos sistemas produtivos tem levado ao estreitamento de nossa base alimentar, ao ponto em que 90% de nossa alimentação provém de 15 espécies de plantas e oito espécies de animais. Para Sevilla-Guzmán (2002), o sistema agroalimentar mundial atravessa uma crise aguda motivada não apenas pela fome, mas pela baixa rentabilidade da atividade agrícola, bem como pelos efeitos negativos que o atual modo de organizar este sistema está provocando na saúde das pessoas e no meio ambiente pela perda da sociobiodiversidade. E o Brasil não foge à essa crise, senão vejamos:

No período de 1999 a 2009, tivemos notificadas pelo SINITOX cerca de 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola, ou seja, cerca de 5.600 intoxicações por ano no país, 15,5 intoxicações diárias, ou uma a cada 90 minutos. No mesmo período, foram notificadas 25.350 tentativas de suicídio através do uso de agrotóxicos, mostrando o descontrole no uso. (RIGOTTO, 2011, p. 126)

Para Sevilla-Guzmán (2002), Gonzales de Molina (2006), Calle Collado (2012) é preciso insistir em processos que gerem estratégias de transição gradativa dos sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas alternativos. Essas ações devem privilegiar os níveis locais, com caráter endógeno e participação-ação dos sujeitos os

quais tendem futuramente, por sua natureza camponesa, a uma agricultura de baixos insumos-externos e de base ecológica. Asseveram ainda os autores tratar-se de uma crença sem fundamento empírico a acusação de que a agricultura ecológica rende menos por unidade de superfície que a convencional.

Enfim, estas são algumas das sinalizações para o debate acerca da reconstrução marxista no tocante ao papel do campesinato e da agroecologia numa nova sociedade. Situação que, em última instância, nos conduz no compromisso em defesa da (re)criação da agricultura familiar camponesa como condição *sine qua non* para o debate agroecológico.

Nós devemos participar da luta pelo conhecimento e por uma compreensão mais ampla dos problemas atuais. Quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de mudar o mundo. As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de fatores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades. (SHANIN, 2008, p.23)

---

<sup>1</sup> Parte dos debates ora apresentados estão em Almeida (2012a) - as reflexões são fruto de uma pesquisa, intitulada: "A formação do vale da celulose: desdobramentos socioterritoriais do plantio de eucalipto na região Leste de Mato Grosso do Sul", com apoio do CNPq.

<sup>2</sup> Esse é um valor quase dez vezes maior do que os US\$ 2 trilhões em doações de países ricos, que os países em desenvolvimento receberam nos 49 anos de existência da Organização". (BISPO *et al*, 2009, p.11).

<sup>3</sup> Exemplo disso são as afirmações recentes do Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz, a respeito da economia dos Estados Unidos, país motor do sistema capitalista. Segundo o professor, nas últimas décadas a disparidade de renda e riqueza cresceu dramaticamente neste país, pois não houve nenhuma melhoria no bem-estar da família típica americana por 20 anos. Por outro lado, o 1% no topo da pirâmide da população ganha 40% mais em uma semana do que o quinto mais baixo recebe em todo um ano. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/10/03/o-sonho-americano-se-tornou-um-mito-diz-o-economista-premio-nobel.jhtm>> Acesso em: 03 out. 2012.

<sup>4</sup> Há hoje na França mais de 3 milhões de desempregados e um crescimento que está estagnado. Soma-se à essa situação complexa o fato de que nos últimos cinco anos o país viu a dívida pública passar de 64% do PIB para 91%. Na Espanha cerca de 24,6% da população está desempregada, o maior número da Europa, e o país está em recessão, registrando queda de 0,4% do PIB no segundo trimestre de 2012. Disponível em <[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=21016&boletim\\_id=1399&componente\\_id=23373](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21016&boletim_id=1399&componente_id=23373)> Acesso em 03 out 2012.

<sup>5</sup> Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Ipea, em 2001 a população no Brasil com renda domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza era de 24% do total. Em 2011, esse índice recuou para 10,2%. Embora o país continue desigual, houve na última década redução da desigualdade que, para o Ipea, é resultado da elevação da renda, oriunda, sobretudo, do trabalho assalariado (responsável por 58%), da Previdência (19%), do Programa Bolsa Família (13%), do Benefício de Prestação Continuada (4%) e outras fontes (6%). Soma-se a isso o fato da economia brasileira registrar crescimento de 2,7% em 2011 e

taxa de desemprego de 4,7%, em dezembro de 2011 – a menor taxa de desemprego da história. (MDS, 2012).

<sup>6</sup> Informações retiradas da palestra proferida no Encontro Nacional de Geografia- ENG, em Jul/2008.

<sup>7</sup> A expressão “*complexo eucalipto-celulose-papel*” é pensada como indicador de uma situação de interface entre o local e o global, o *nó* onde se manifesta o encontro de lógicas e práticas distintas de uso do território. Neste caso, na microrregião de Três Lagoas, o *complexo eucalipto-celulose-papel* é a sobreposição de um uso da terra em relação a outros, não apenas da pecuária, mas, sobretudo, em relação ao uso camponês que é seu contraponto. Deste modo, a expressão não se assemelha com o uso disseminado na década de 1980 acerca dos complexos agroindustriais que, de forma geral, sugeriam o conjunto de elementos de uma cadeia produtiva como, por exemplo, o complexo soja/farelo/óleo.

<sup>8</sup> Neste artigo trataremos do período da formação e consolidação do complexo eucalipto-celulose-papel que se inicia em 2007, ano em que se oficializa a troca de ativos entre a Internacional Paper/IP e a Votorantim Papel e Celulose/VCP. A respeito do plantio de eucalipto anterior a este período na microrregião de Três Lagoas, consultar Kudlavicz (2011).

<sup>9</sup> Em 2010, por meio da mídia, a empresa anunciou a expansão - na microrregião de Três Lagoas/MS - de seus investimentos com a construção, no município de Três Lagoas, da fase II da fábrica Horizonte 1 de linha contínua celulose-papel. Um empreendimento previsto para entrar em operação em 2016 com capacidade para produzir 1,5 milhão ton/ano/celulose. Disposição que antecipa em dois anos o planejamento anterior, segundo a empresa. A audiência pública para apresentação e discussão do relatório de impacto ambiental desta segunda unidade da Fibria foi realizada no dia 09 de Junho de 2011.

<sup>10</sup> No dia 03/06/2012 a mídia brasileira noticiou que o Grupo JBS adquiriu as ações da Eldorado Brasil que pertenciam a MCL Empreendimentos do empresário Mario Celso Lincoln Lopes.

<sup>11</sup> O conceito de territorialização do capital é usado na Geografia para explicar a realidade agrária no Brasil a partir de uma análise que tem como foco principal entender o desenvolvimento capitalista no campo e a permanência contraditória do campesinato. Este conceito tem como matriz as obras de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

## REFERÊNCIAS

ALIMONDA, Hector. Buscando uma herencia em Comala (Apuntos sobre ecología política latinoamericana y la tradición marxista). **Ambiente & Sociedade** - Ano IV – N° 9 - 2° Semestre de 2001, p. 01-18.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Impactos Socioambientales de la Expansión del Eucalipto en el Cerrado Brasileño. **Revista Estudios Sociales Contemporáneos**. Mendoza/Argentina: Instituto Multidisciplinario de Estudios Contemporáneos. v. 5-6, p.15-26, 2012a. (ISSN 1850-6447).

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Eucalipto e a religião do progresso. **Jornal da Ciência – SBPC**. JC 4615, de 31 de Outubro de 2012. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=84810>> Acesso em Out. 2012b.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Eucalipto e Precarização do trabalho em Mato Grosso do Sul. In: WRM (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS). **Boletim nº 178 do WRM**, Edição em português. Montevideo (Uruguai). Maio de 2012. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>> Acesso em: 30 maio 2012c.

---

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A territorialização do agronegócio do eucalipto na região leste de Mato Grosso do Sul e o cerco à reforma agrária. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos (ENG). **Anais do XVI ENG/Porto Alegre**, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/index.html>> Acesso em: 29 set. 2010.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: Unesp, 2006.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS – ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2011**. Brasília: ABRAF, 2011. 145p.

BISPO, Carlos Roberto et AL. (Org.). **Crise Financeira Mundial. Impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA. **PIB do agronegócio**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 26 maio 2011.

COLLADO, Ángel Calle. **Marcha de indignados en Sevilla el 15-O**. Disponível em: <<http://www.transicaoagroecologica.org/portal/index.php/colunistas/64-angel-calle-collado-/153-marcha-de-indignados-en-sevilla-el-15-o.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto (Org.), PAULUS, Gervásio, COSTABEBER, José A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009. 111p.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromissos com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília, 2009. 36p.

CORREIO DO ESTADO. **Pesquisa mostra insatisfação de 24% das famílias de assentados em MS**. Disponível em: <[http://www.correiodoestado.com.br/noticias/pesquisa-mostra-insatisfacao-de-24-das-familias-de-assentado\\_92448/](http://www.correiodoestado.com.br/noticias/pesquisa-mostra-insatisfacao-de-24-das-familias-de-assentado_92448/)> Acesso em: 26 dez. 2010.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. O estado da insegurança alimentar no mundo. Disponível em: <[www.fao.org](http://www.fao.org)> Acesso em: 28 jun. 2011.



---

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.) **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Clacso, Expressão Popular, 2008.

FIBRIA. **Resumo do plano de manejo**. Unidade Florestal MS. Três Lagoas. 4ª Edição. Julho 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Hobsbawn: O socialismo fracassou, agora o capitalismo faliu; o que virá a seguir?** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1162270-hobsbawn-o-socialismo-fracassou- agora-o-capitalismo-faliu-o-que-vira-a-seguir.shtml>> Acesso em: 1 out. 2012.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a territorialização do Complexo Celulose/Papel na Microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- UFMS, Três Lagoas/MS, 2011.

GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IBGE. **Resultados do Censo 2010**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. Acesso em: 16 dez. 2011.

JORNAL HOJE. **Pesquisa realizada em Mato Grosso revela contaminação de leite materno**. Edição de 23 mar. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal- hoje/noticia/2011/03/pesquisa-realizada-em-mato-grosso-revela-contaminacao-de-leite- materno.html>>. Acesso em: 1 out. 2012.

LAVINAS, LENA. Crise: ocasião para ajustes progressivos e inclusivos. In: BISPO, Carlos Roberto et AL. (Org.). **Crise Financeira Mundial. Impactos sociais e no mercado de trabalho**. Brasília: ANFIP, 2009. p. 187-196.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME-MDS. **Pobreza no Brasil caiu em uma década o que era previsto para 25 anos**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/setembro/pobreza-no-brasil- caiu-em-uma-decada-o-que-era-previsto-para-25-anos>> Acesso em: 25 set. 2012.

---

CROSSETTE, Barbara. **Estado de la Población Mundial 2011**. UNFPA, 2011. Disponível em: <[http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/SWP\\_2011/SP-SWOP2011.pdf](http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/SWP_2011/SP-SWOP2011.pdf)> Acesso em: 20 set. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta I. (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v.2, n. 21, p.113-156, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v.2, n.35, p.17-34, jul./dez. 2010.

PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PLOEG, Jan Douwe V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, jan./jul. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIGOTTO, Raquel Maria. Os Conflitos entre o Agronegócio e os Direitos das Populações: o Papel do Campo Científico. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n.1, p. 123-140, jun./2011.

ROSSET, Peter M., MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. **Movimientos Sociales Rurales y Agroecología: Contexto, Teoría y Proceso**. Traducción de: Rosset, P. M., and M. E. Martinez- Torres. 2012. Rural Social Movements and Agroecology: Context, Theory, and Process. *Ecology and Society* 17(3): 17. <http://dx.doi.org/10.5751/ES--05000--170317> (Traducido por Viviana Tipiani).

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

---

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 18-27, jan./mar.2002.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; GONZALES DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo, GONZALEZ DE MOLINA, Manuel (Editores). **Ecologia, Campesinato e História**. Madrid: Ediciones Endymión. 1991.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.

SCHLESINGER, S. **Lenha nova para a velha fornalha**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WITAKER, Artur Magnon (Orgs.). **Cidade e campo – relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TOLEDO, Victor M. Agroecología, Sustentabilidad y Reforma Agraria: la superioridad de la pequeña producción familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.27-36, abr./jun. 2002.

ULLRICH, Otto. Tecnologia. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 339-354.